

Acórdão nº 9.650/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 14.802.2011-50-TCE (C/ 01 Anexo)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Sena Madureira, exercício de 2010.
RESPONSÁVEL: Senhor **Marcus Vinícius do Vale Anute**
RELATOR: Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Prestação de contas. Câmara Municipal. Contratação de empresa de consultoria sem os requisitos legais. Pagamento de salário de assessor jurídico acima do disposto na Lei Municipal nº 001/1997. Pagamento de verba indenizatória e da verba denominada “liderança partidária” em desacordo com o regramento vigente, sem contudo, determinar a condenação de ressarcimento de valores. Devolução. Multas. Irregularidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** com fundamento na alínea “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerar **irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Sena Madureira, exercício orçamentário e financeiro de 2010, de responsabilidade do Senhor **Marcus Vinícius do Vale Anute**, Presidente da Mesa Diretora, à época, em face dos itens destacados no presente Voto: **A)** contratação de empresa de consultoria sem os requisitos legais; **B)** pagamento de salário de assessor jurídico acima do disposto na Lei Municipal nº 001/1997; e **C)** pagamento de verba indenizatória e da verba denominada “liderança partidária” em desacordo com o regramento vigente, sem contudo, determinar a condenação de ressarcimento de valores, tendo em vista o marco temporal estabelecido pelo Plenário desta Corte de Contas, conforme entendimento exarado em inúmeros processos julgados (Processos nºs 12.869.2009-60, 14.793.2011-70, 12.042.2008-30, 14.799.2011-20 e 17.280.2013-01); **2)** **condenar** o Senhor **Marcus Vinícius do Vale Anute** a devolver aos cofres do Tesouro Municipal de Sena Madureira, **no prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a importância de **R\$ 7.840,00** (sete mil, oitocentos e quarenta reais), referente ao pagamento de salário ao assessor jurídico em valor superior ao definido na Lei nº 001/1997 (Plano de Classificação de Cargos, Empregos e Salários da Câmara Municipal de Sena Madureira); **3)** **aplicar multa** ao Senhor **Marcus Vinícius do Vale Anute**, com fundamento no artigo 88 da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, no valor correspondente a **10%** (dez por cento) da importância a ser devolvida, assinalando **o prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Município de Sena Madureira, de tudo

(Acórdão nº 9.650/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 02)

dando ciência a este Tribunal de Contas; **4) Decidiu-se**, ainda, **por maioria**, com desempate da Presidência, nos termos do voto do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro, acrescentar a **aplicação de multa** no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), prevista no art. 89 da LCE nº 38/93, em face das licitações efetivadas sem os devidos processos licitatórios e ausência dos registros e pagamentos de encargos previdenciários e trabalhistas. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 18 de agosto de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto vencedor, em parte

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC